

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.143 - DF (2019/0355330-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : SHEILA CABRAL VIEIRA
ADVOGADO : GABRIEL DUTRA PIETRICOVSKY DE OLIVEIRA - DF053924
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por SHEILA CABRAL VIEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Depreende-se dos autos que a recorrente foi denunciada pela suposta prática das condutas descritas no art. 155, § 4º, II, bem como no art. 308, ambos do Código Penal.

Na origem, a recorrente impetrou o *writ* precedente sob a alegação de que o Juízo de primeira instância teria incorrido em equívoco quando determinou a apresentação de alegações finais antes da oitiva da testemunha comum da defesa e da acusação.

O Tribunal *a quo* denegou a ordem nos seguintes termos (e-STJ fls. 466/467):

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. FALSA IDENTIDADE E FURTO (308 E 155 DO CP). INTERROGATÓRIO DO RÉU. ATO DERRADEIRO DO PROCESSO (ARTIGO 400 DO CPP). INVERSÃO NÃO VERIFICADA. ORDEM DENEGADA.

1. Busca-se, com o presente Habeas Corpus suspender a decisão prolatada pelo Juízo da 10ª Vara Federal de Brasília que teria determinado a apresentação de alegações finais antes da oitiva da testemunha comum da defesa e acusação (Elma Maria Ramos), o que estaria a implicar inversão da ordem estabelecida no artigo 400 do CPP.

2. Consta dos autos que o Ministério Público, em 21/5/2001, ofereceu denúncia contra a paciente, pela suposta prática dos delitos tipificados nos artigos 308 e 155, §4º, II, ambos do Código Penal. Segundo a peça acusatória, a paciente, “aproximadamente no mês de agosto de 2000, abusando da confiança que gozava de sua amiga – a senhora Selma

Siqueira Silva, furtou da residência desta o passaporte CJ 02177 e em seguida, no mês de setembro do mesmo ano, utilizou-o como se seu fosse para embarcar para os Estados Unidos da América”.

3. A Suprema Corte brasileira já teve oportunidade de decidir, em sua Corte Plena, que a Lei 11.719/2008 fixou o interrogatório como ato derradeiro da instrução processual e, precisamente porque essa prática beneficia a defesa, deve prevalecer em todos os procedimentos, à exceção apenas daqueles processos que, à época da entrada em vigência da nova lei, já estivessem concluídos. (AP 528 AgR, relator ministro Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 24/3/2011).

4. Mais do que isso, o STF determinou que a regra de que o interrogatório deve ser o ato derradeiro (antes do julgamento) impõe-se inclusive ao processo militar, portanto, mesmo em situações em que não haja previsão legal expressa. (HC 115698, relator ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 25/06/2013).

5. Não importando o secundário e eventual caráter probatório do Interrogatório, fato é que, por óbvio, o legislador ao deslocar o interrogatório para depois da instrução (artigo 400 do CPP), quis prestigiar e acentuar a sua natureza de defesa do acusado, precisamente, para permitir, com o seu rearranjo topográfico, que o acusado pudesse, tendo conhecimento de toda a prova colhida, desenvolver, sem surpresa e com justa adequação e eficácia, a melhor defesa possível.

6. O interrogatório do acusado tem natureza jurídica de meio de defesa e, não por outra razão, conforme melhor doutrina e jurisprudência e norma específica (artigo 400 do CPP), deve ser realizado ao final da instrução processual, quando já colhidas todas as provas sobre as quais tem o acusado o direito de se manifestar e apresentar sua versão sobre tudo que fora apurado.

7. No caso, todavia, pelos elementos juntados com a impetração, não se conclui, que tenha havido ou que vá haver inversão na ordem estabelecida no artigo 400 do CPP.

8. Pelo que se retira das alegações finais apresentadas pelo MPF, Selma (vítima e testemunha) foi ouvida na audiência realizada em 30/10/2018 e que a acusada Sheila foi ouvida na audiência realizada em 29/11/2018, ou seja, se respeitando a norma que estabelece a oitiva da testemunha antes do acusado.

9. Quanto à testemunha Elma Maria Ramos, o que se verifica é que, após várias tentativas frustradas de localização dessa testemunha, o magistrado, por fim, determinou à Secretaria inserção da certidão do oficial de justiça sobre sua falta de intimação ou então que pelo menos informasse o ocorrido, tendo, ato contínuo, determinado às partes apresentar alegações finais. 10. Após o despacho do juiz, determinando à Secretaria certificar o ocorrido quanto à intimação da testemunha Elma Maria Ramos, não há qualquer evidência de que o MPF tenha insistido em sua oitiva, tanto que apresentou alegações finais sem nada

alegar a respeito, tampouco há qualquer indicativo de que o magistrado insistirá em sua oitiva.¹¹

Em que pese a parte impetrante alegar que a testemunha seria comum à acusação e defesa, fato é que na audiência realizada em 23/8/2018, a defesa desistiu dessa testemunha, somente não tendo o juiz homologado tal pedido por entender que a testemunha seria comum às partes, ou seja, considerada a desistência da defesa quanto à oitiva dessa testemunha, eventual interesse remanescente em sua oitiva seria apenas da acusação.¹² Assim, após várias tentativas, não se logrou intimar a testemunha para comparecer em juízo e prestar depoimento, sendo que, após o despacho da autoridade impetrada determinando à Secretaria certificar a situação dessa testemunha, não há qualquer manifestação do MPF no sentido de insistir em sua oitiva, como também não há qualquer determinação do magistrado para que haja nova intimação.¹³ Não há qualquer comprovação ou indicação concreta de que essa testemunha será ouvida e, de qualquer sorte, ainda que venha a existir algum ato judicial que determine sua oitiva, ilegalidade somente haverá se o magistrado deixar de reinterrogar a paciente, o que não ficou demonstrado nos autos.¹⁴ Ademais, consoante as informações prestadas pela autoridade coatora o MPF já apresentou as alegações finais, “onde requereu a procedência da pretensão punitiva da pretensão estatal deduzida na denúncia, caracterizando-se, assim, a desistência tácita referente à inquirição da referida testemunha. A defesa também apresentou suas razões finais, encontrando-se, portanto, o processo pronto para sentença”.¹⁵ Agravo interno da decisão liminar julgado prejudicado.¹⁶ Ordem de Habeas Corpus denegada, confirmando o que decidido em sede de liminar.

Nesta oportunidade, a defesa postula “pelo conhecimento e posterior provimento do presente recurso concedendo a ordem de *habeas corpus* primitivamente postulada, ao efeito de anular o interrogatório realizado pela paciente, nos autos da Ação Penal 2000.34.00.042370-0, proposta pelo MPF perante o “Juízo da 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal” (e-STJ fl. 536).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato

Superior Tribunal de Justiça

ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator